



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura da mensagem que encaminha ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar de incentivo às micro e pequenas empresas**

**Palácio do Planalto, 29 de setembro de 2004**

Quero cumprimentar os meus companheiros ministros que estão na mesa, ministros que estão participando desta solenidade, companheiros José Dirceu, Palocci, Amir Lando, Márcio Fortes, Eunício Oliveira,

Quero cumprimentar os companheiros que fazem parte dos especialistas da Receita Federal e que tanto trabalharam para que a gente pudesse chegar a um bom termo nesta proposta, Rachid. Eu sei que o seu pessoal trabalhou muito.

Quero cumprimentar a nossa Assessoria Jurídica da Casa Civil, que deve ter trabalhado muito,

Quero cumprimentar o Alencar, em nome do Ministério do Trabalho, que não pôde estar aqui, pela sua contribuição,

Aos companheiros do Sebrae,

E aos empresários que participaram do projeto, sobretudo, quero cumprimentar o Domingos, quero cumprimentar o Couri, quero cumprimentar o Claudio Vaz, porque eu penso que eles deram uma contribuição enorme,

E quero cumprimentar o nosso companheiro Francisco Menezes Rodrigues, representante da CUT aqui, do DF,

Meu caro Carlos Wilson, presidente da Infraero,

Kátia, prefeita de Maceió,

Empresários,



Eu acredito que depois do pronunciamento do Palocci e do Amir Lando, eu não preciso mais falar em nome do governo, mas eu queria fazer algumas considerações a respeito do assunto.

Primeiro, é preciso ter claro que nós, com este Projeto de Lei que estamos enviando ao Congresso Nacional, estamos procurando dar cidadania a um conjunto de seres humanos que, por tentarem sobreviver – já que não tem tantos empregos no mercado de trabalho – muitas vezes são tratados como se fossem marginais.

E, muitas vezes, quando tentam se legalizar para trabalhar, as exigências para que possam exercer uma profissão formal é tão difícil que fica mais barato até correr da polícia de vez em quando do que cumprir todas as exigências que, muitas vezes, são feitas para essa gente.

Nós estamos tentando dar cidadania a um conjunto de pessoas que não são representadas pelos sindicatos de trabalhadores, não são representadas pelas federações das indústrias do nosso país, não são representadas, muitas vezes, pelas associações comerciais.

São pessoas que nós consideramos inorganizadas no nosso país. São pessoas que não têm referência de instituição de classe, da qual elas possam participar. E isso é um sinal extraordinário para que a gente dê cidadania empresarial para essa gente.

Ao mesmo tempo, estamos dando condições dessa pessoa poder contratar um trabalhador, sem o ônus de um cidadão – que tem um rendimento de 30 mil reais por ano – ter as mesmas obrigações de uma Volkswagen ou de uma IBM ou de um Pão de Açúcar. Ou seja, a realidade é tão diferente que ele não pode estar subordinado às mesmas regras que um grande empresário.

Nós não temos preocupação se isso vai ser compreendido num primeiro momento. Nós temos interesse de fazer o debate na sociedade, porque eu adotei um jeito de governar um pouco diferente do que habitualmente e culturalmente se faz no Brasil.



Eu duvido que em algum momento, em algum governo da História deste país, os segmentos da sociedade foram tão chamados a participar, a ajudar a elaborar as coisas como nós fazemos.

E por que nós fazemos isso? É porque tem duas formas de você governar. Uma, é você exercer o poder. O exercer o poder é que permite que você cometa todos os erros possíveis em função da legalidade de você ter sido eleito. E, portanto, você pensa que pode tudo. Aí, você não precisa consultar ninguém, você consulta o seu advogado, consulta o seu assessor econômico e, a partir daí, faz a quantidade de leis que quiser, manda para o Congresso Nacional. E daí, o resultado de muitas leis serem aprovadas e, dez anos depois, vê-se que elas não funcionaram. Talvez, o Brasil seja o único país do mundo que tem lei que pega e lei que não pega, quando a lei é obrigação de todos.

Eu resolvi que, ao invés de exercer o poder, é preciso exercer a autoridade. O que é exercer a autoridade? É quando, ao invés de você impor um pensamento único, você constrói com todos os envolvidos aquilo que é o consenso possível de ser feito com a sociedade. Uma lei como essa não é uma lei que interessa apenas ao Presidente da República, à Secretaria da Receita Federal ou ao ministro da Fazenda. Uma lei como essa, para dar certo, é preciso que a sociedade organizada, envolvida direta e indiretamente com o assunto, esteja convencida de que este é o caminho.

E vejam uma supressa boa que eu tive aqui. Esses dias entraram com um processo na Câmara dos Deputados, pedindo a aposentadoria para a dona de casa, uma reivindicação que eu acho justa. Na minha casa, nem tanto, porque eu trabalho muito lá em casa. Mas é uma reivindicação justa. E aqui se encontrou uma solução.

Não sei se vocês perceberam na fala do Amir Lando, da Previdência, de que uma mulher pode, como autônoma, pagar os 11%, e pode ter não só os benefícios, como pode ter aposentadoria por idade, o que é um avanço



extraordinário, que resolve um problema. Eu não sei se todos atentaram para a fala do Amir Lando, ou seja, ao mesmo tempo em que você consegue formalizar milhões de brasileiros na Previdência Social, você consegue fazer com que as Juntas Comerciais deixem de ter um amontoado de papéis, muitas vezes inúteis, onde você vai procurar a firma lá, e elas estão cadastradas mas não existem mais, porque o cidadão fechou e não deu baixa, porque não compensa dar baixa, pois ele vai gastar mais do que ganhou com a empresa.

Nós, então, estamos tentando fazer com que o exercício da autoridade compartilhada possa garantir que a gente tenha, num curto espaço de tempo, um Brasil muito mais democratizado e muito mais útil, do ponto de vista da legislação, para que elas possam existir, funcionar e nós possamos colher os resultados dessa lei.

Eu me lembro de uma discussão que tive com o Palocci, há uns oito meses, quando discutíamos com a Federação dos Bancos a questão do crédito. E eu me lembro que, na hora, surgiu uma conversa de que os bancos não podiam emprestar dinheiro porque tinha muita gente que não pagava e o juro era muito alto, porque quem pagava, pagava por ele e pagava por quem não pagava. Ou seja, dali saiu a idéia de nós instituímos o empréstimo com desconto em folha. Eu tive muito ceticismo em relação àquilo. “Isso não vai dar certo.” O dado concreto é que nós tiramos pessoas que pagavam 12% no cartão de crédito ou no cheque especial, para pagar 1,75% ou 2% de juros por mês. O que significou um montante extraordinário de dinheiro circulando no comércio.

Ontem, nós sancionamos a lei que garante a 20 milhões de aposentados o direito a esse crédito, para que nenhum aposentado vá mais deixar o seu relógio na Caixa Econômica Federal para pegar um empréstimo. Ele chegará ao banco, pegará um empréstimo, e vai pagar em 12 meses, 24 meses, e vai poder entrar no banco e ser tratado em igualdade de condições. Eu acredito que isso também vai colocar muito dinheiro em circulação, sobretudo, agora,



no final do ano, para gerar mais dinamismo na economia brasileira.

Eu quero, Palocci, mais uma vez, elogiar o trabalho que vocês fizeram. Eu digo vocês, porque a Fazenda com a Receita Federal são sempre instrumentos muito grandes para fazer com que uma coisa como essa dê certo. Mas, não foi menor o trabalho da Previdência Social, do Ministério do Trabalho e do Desenvolvimento, e da Casa Civil que, no fundo, no fundo, é quem dá o ordenamento jurídico para tudo que nós fazemos aqui.

Eu penso que este dia, hoje, vai ser marcante. E, possivelmente, a gente comece a colher os resultados muito mais rápido do que a gente imagina.

Vai demorar no Congresso? Eu não sei. Vai depender da nossa ação junto ao Congresso. Certamente, o presidente João Paulo e o presidente Sarney terão interesse em fazer com que a votação se dê da forma mais rápida possível. Certamente, os líderes dos partidos, dentro do Congresso, terão interesse. Mas, por “n” motivos, até de Regimento, pode ser que demore mais ou demore menos.

Eu penso que uma ação, não apenas de conversa do Poder Executivo com o Congresso Nacional, mas, sobretudo, das instituições que estão aqui, pode ajudar, e muito, para que o Congresso transforme este Projeto numa lei, para que possamos, a partir do ano que vem, no começo do ano que vem, ter isso consagrado, aprovado, funcionando, para o Brasil dar o salto de qualidade que nós tanto precisamos, para o bem deste país.

Portanto, muito obrigado aos ministros. Obrigado aos empresários, aos presidentes de entidades que colaboraram. Eu não tenho dúvida nenhuma de que nós vamos fazer muito mais dessa forma, sempre sabendo que o governo não é dono da verdade e que não custa nada a gente ouvir os parceiros, porque quem ouve tem menos possibilidade de errar do que quem não ouve.

Muito obrigado e boa sorte.